

RELATÓRIO ANUAL 2008

GESTÃO FINANCEIRA



SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

ATIVIDADES NA DIMENSÃO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A evolução orçamentária das ações empreendidas pela CPRM/SGB no exercício de 2008, dentro do Programa Geologia do Brasil, demonstra o crescimento de suas atividades ao longo dos últimos anos, utilizando de forma transparente e racionalmente os recursos disponíveis, cumprindo com suas obrigações legais.

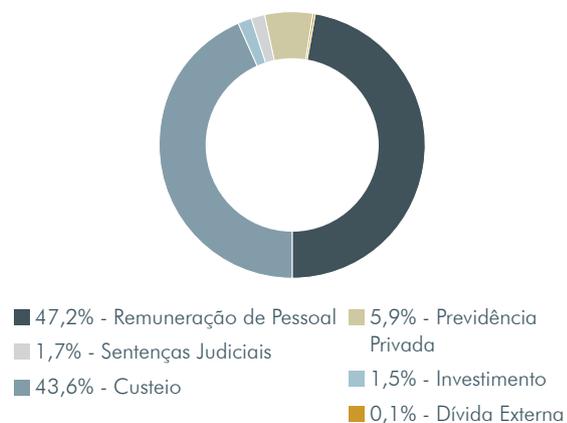
Para o desenvolvimento de suas atividades, a Empresa contou com recursos orçamentários brutos, acrescidos de Crédito Adicional, no total de R\$228.215.517,00, tendo empenhado o valor total de R\$223.879.819,00.

Com relação a Convênios com Destaque Orçamentário, a Empresa contou com o montante de R\$42.314.685,00, tendo executado, no exercício, o valor de R\$41.754.269,00.

É importante enfatizar que, do montante recebido, o Tesouro Nacional tem participação de 96%, demonstrando que a CPRM/SGB desenvolve atividade típica de Estado, o que salienta a sua importância para o setor mineral brasileiro.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Percentual por Rubrica



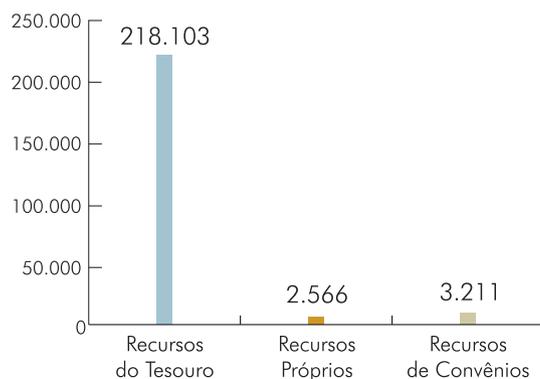
Fontes e Usos dos Recursos em 2008

Em R\$ mil

Fontes		Usos	
Recursos do Tesouro	218.103	Pessoal	122.863
Recursos Próprios	2.566	Custeio	97.652
Recursos de Convênios	3.211	Investimento	3.334
-	-	Dívida	31
Total	223.880	Total	223.880

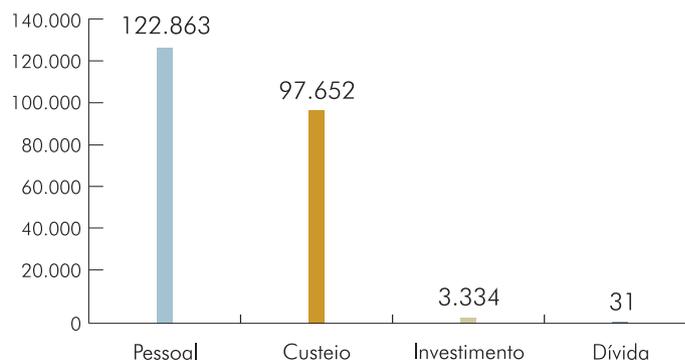
Fonte de Recursos

Em R\$ mil



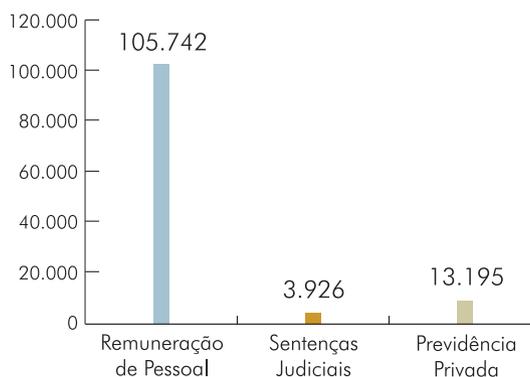
Grupo de Despesas

Em R\$ mil

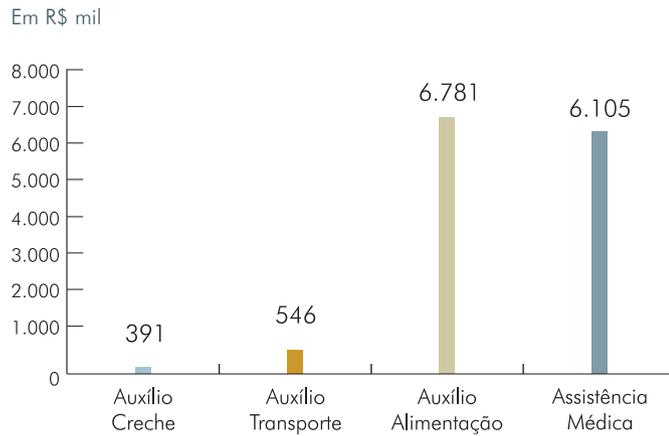


Pessoal

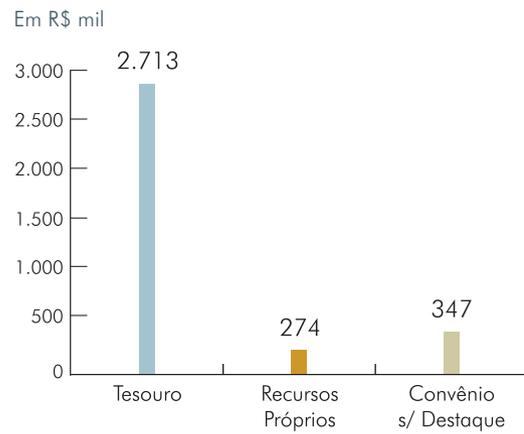
Em R\$ mil



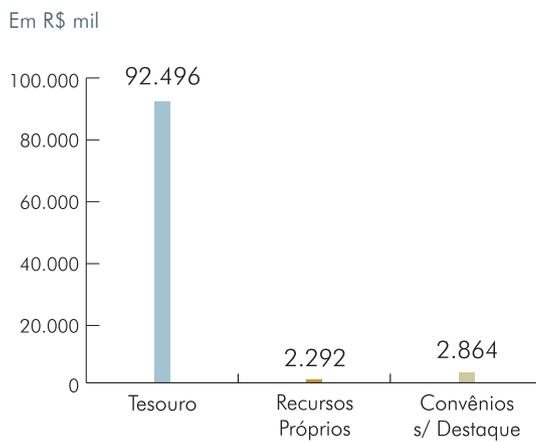
Benefícios



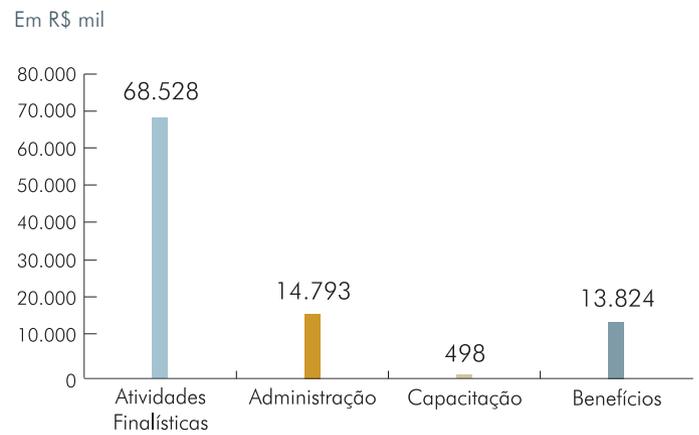
Investimento (Origem)



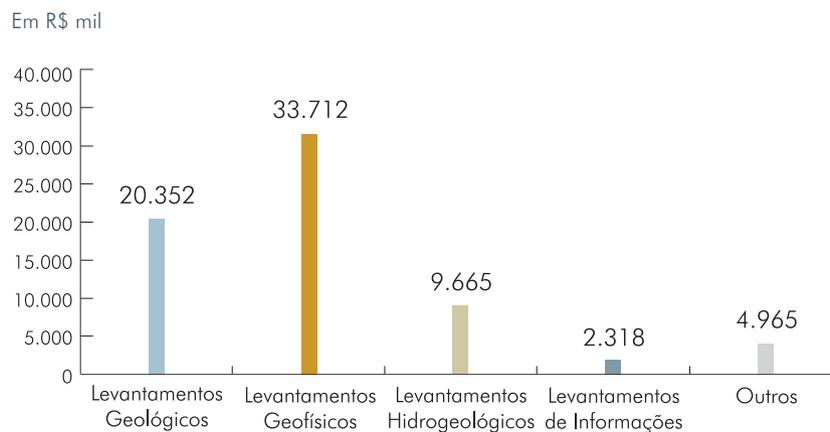
Custeio (Origem)



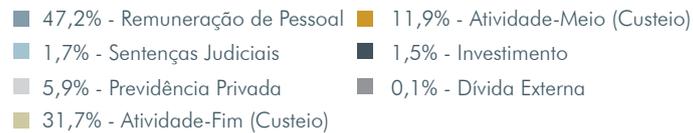
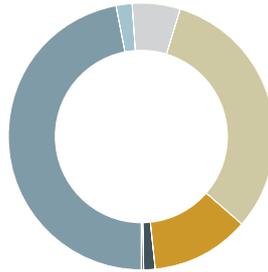
Custeio (Aplicações)



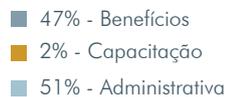
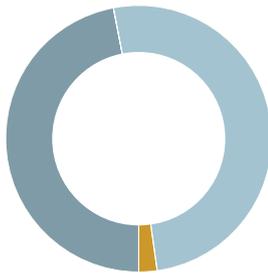
Atividades Finalísticas (Custeio + Investimento)



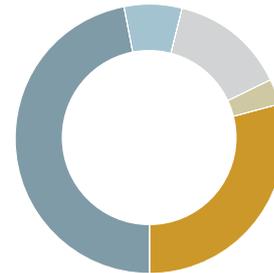
Uso de Recursos



Atividade-Meio



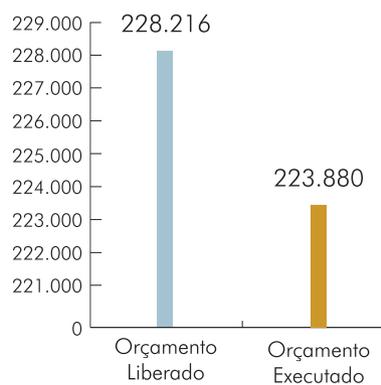
Atividade-Fim



A CPRM executou 98% do orçamento liberado, alcançando a maior execução dos últimos anos.

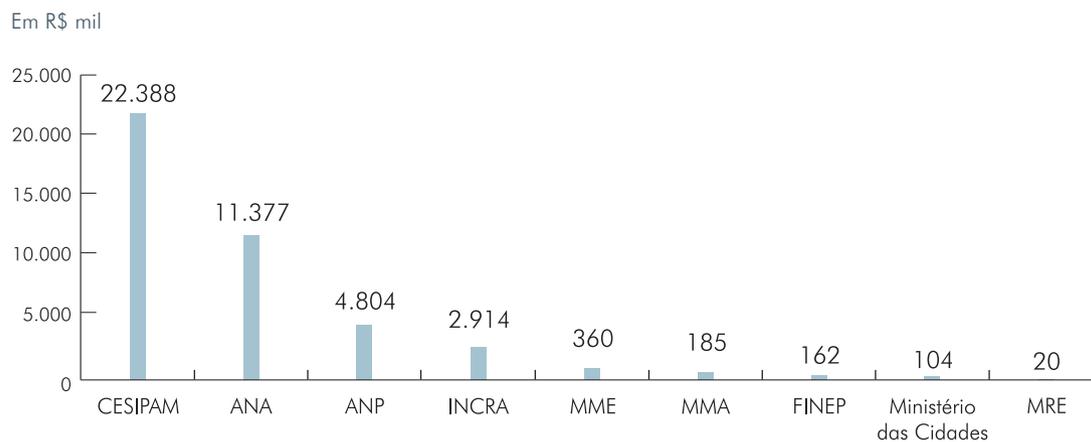
Orçamento Autorizado (Liberado) x Orçamento Executado

Em R\$ mil

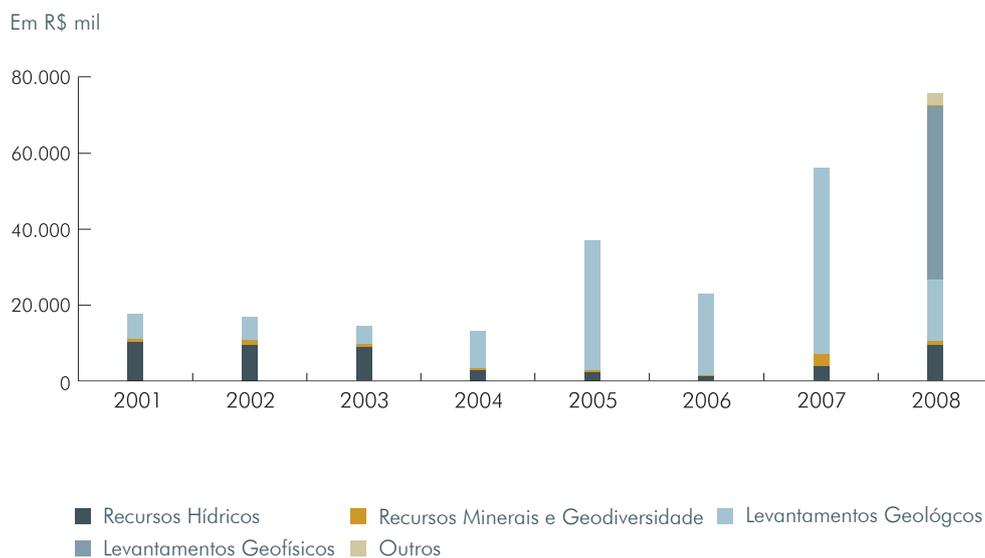


Execução Orçamentária de Convênios com Destaque Orçamentário, no valor de R\$42.314.000,00.
 O Orçamentário e o Financeiro foram repassados à CPRM/SGB pelos órgãos concedentes.

Convênios com Destaque Orçamentário - Orçamento Recebido



Atividade-Fim 2001-2008



Financeiro/Orçamentário – Demonstrativo de Fontes e Usos

Fontes	R\$ mil	Usos	R\$ mil
Recurso do Tesouro	201.733	Atividade-Fim (Custeio)	68.537
		Atividade-Meio (Custeio)	29.115
Receita Própria	5.459	Investimento	3.334
		Dívida Externa	31
Convênio s/ Destaque Orçamentário	2.225	Remuneração de Pessoal	105.742
		Sentenças Judiciais	3.926
Recursos a Receber	14.463	Previdência Privada	13.195
Subtotal	223.880	Subtotal	223.880
Convênios c/ Destaque - Recursos Recebidos	42.315	Convênios c/Destaque - Recursos Aplicados	41.754
		Convênios c/Destaque - Recursos a Devolver	561
Total	266.195	Total	266.195

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(em milhares de reais)

Ativo	2008	2007
Circulante	52.309	59.763
Bens numerários e depósitos bancários à vista	29.194	19.702
Previdência privada	12.148	11.082
Contas a receber	601	1.059
Materiais	424	346
Impostos a recuperar	2.118	1.872
Adiantamentos para despesas	6.441	728
Recursos a receber restos a pagar	191	23.786
Convênios com entidades diversas	1.152	1.152
Outros créditos	40	36
Não circulante	171.057	148.788
Realizável a longo prazo	127.827	114.994
Previdência privada	108.898	96.629
Fundo financeiro de pesquisa mineral	2.054	1.923
Pesquisa e avaliação de depósitos de substâncias minerais	10.900	9.872
Direitos minerais a negociar	0	12
Adquirentes de direitos minerais	2.293	2.517
Financiamentos à pesquisa mineral	1.338	1.249
Outros créditos	2.344	2.792
Investimentos	504	504
Imobilizado	42.680	33.245
Intangível	46	0
Diferido	0	45
Total do ativo	223.366	208.551

(em milhares de reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	2008	2007
Circulante	72.491	69.757
Fornecedores	1.702	1.801
Entidades de previdência complementar	12.148	11.082
Financiamentos a pagar	34	29
Impostos e encargos sociais a pagar	15.528	3.486
Provisão para férias e 13º salário	20.491	12.195
Provisão para contingências	750	750
Contas e despesas a pagar	870	25.097
Convênios com entidades diversas	20.682	14.986
Credores por aquisição de direitos minerais	0	45
Dividendos propostos	66	125
Credores diversos	220	161
Não circulante	109.288	96.900
Entidades de previdência complementar	108.898	96.629
Financiamentos a pagar	345	271
Receita diferida	45	0
Patrimônio líquido	41.587	41.894
Capital realizado atualizado	30.148	26.773
Reservas de capital	5.360	5.561
Reservas de reavaliação	5.700	6.016
Reservas de lucros	183	169
Reserva estatutária	196	0
Lucros acumulados	0	3.375
Total do passivo e patrimônio líquido	223.366	208.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Agamenon Sergio Lucas Dantas
Diretor-Presidente

Manoel Barretto da Rocha Neto
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Fernando Pereira de Carvalho
Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Eduardo Santa Helena da Silva
Diretor de Administração e Finanças

José Ribeiro Mendes
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Delorges Lavra
Contador CRC-RJ 020.314/O-S-DF
CPF 126723197-15

Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(em milhares de reais)

	2008	2007
Receitas de prestação de serviços e de operações de pesquisas	2.168	3.443
Receitas de subvenções para operações de pesquisas	210.782	183.760
	212.950	187.203
Custo de prestação de serviços e de operações de pesquisas	(169.311)	(126.040)
Lucro bruto	43.639	61.163
Receitas (despesas) operacionais		
Financeiras, líquidas	921	1.112
Gerais e administrativas	(41.881)	(60.171)
Honorários da administração superior	(1.290)	(1.231)
	(42.250)	(60.290)
Resultado líquido operacional	1.389	873
Receitas (menos despesas) não operacionais	171	165
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.560	1.038
Contribuição social	(341)	(136)
Provisão para o imposto de renda	(943)	(376)
Resultado líquido do exercício	276	526
Lucro (prejuízo) por ação	0,09	0,18

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(em milhares de reais)

	Capital Subscrito Integralizado	Reservas de Capital		Reserva de Reavaliação	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Subvenções	Reserva Especial Lei 8200		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2006	26.773	5.079	755	6.332	143	0	2.411	41.493
Realização de Reservas			(273)	(316)			589	0
Reserva Legal					26		(26)	0
Dividendos Autorizados							(125)	(125)
Lucro Líquido do Exercício							526	526
Saldos em 31 de dezembro de 2007	26.773	5.079	482	6.016	169	0	3.375	41.894
Aumento de Capital	3.375						(3.375)	0
Realização de Reservas			(201)	(316)				(517)
Reserva Legal					14		(14)	0
Constituição de Reservas						196	(196)	0
Dividendos Autorizados							(66)	(66)
Lucro Líquido do Exercício							276	276
Saldos em 31 de dezembro de 2008	30.148	5.079	281	5.700	183	196	0	41.587

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2008

(em milhares de reais)

	2008
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	
Resultado Líquido do Exercício	276
Ajustes:	
Depreciação e Amortização	3.153
Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo	86
Juros de Financiamentos a Longo Prazo	22
Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	(312)
Juros de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	(973)
Variações Monetárias de Impostos e Encargos Sociais	288
Resultado Não Operacional	171
Realização de Reservas	(517)
	1.918
Contas a Receber	458
Materiais	(78)
Impostos a Recuperar	(246)
Adiantamentos para Despesas	(5.713)
Fornecedores	(99)
Impostos e Encargos Sociais a Pagar	11.754
Provisão de Férias e 13º Salário	8.296
Contas e Despesas a Pagar	(632)
Convênios com Entidades Diversas	5.696
Outros	45
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	21.675
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	
Alienação de Imobilizado	1.054
Aquisição do Imobilizado	(12.707)
Outros Créditos Longo Prazo	(471)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimento	(12.124)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Dividendos	(59)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamento	(59)
Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	9.492
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	19.702
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	29.194
Varição de Caixa e Equivalente de Caixa	9.492

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma sociedade por ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para a total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM dominar o conhecimento das geociências no interesse do país, nelas incluídas a geologia em seus diversos campos, a hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão dessas informações, devendo, especificamente:

- subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;
- estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados, resguardando o interesse nacional;
- colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal;
- realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros ligados à sua área de atuação, bem como os relacionados à paleontologia e à geologia marinha;
- dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A escrituração e as demonstrações contábeis são elaboradas com base no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e apresentadas em observância à Lei nº 6.404/1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Medida Provisória nº 449/2008.

NOTA 3 – Principais Diretrizes Contábeis

- (i) o resultado é apurado pelo regime de competência do exercício;
- (ii) os financiamentos a empresas de mineração, para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do Ativo Realizável a Longo Prazo; quando a CPRM participa do risco da pesquisa, são registrados em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo, até que seja apurado o resultado final da pesquisa;
- (iii) os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição;
- (iv) as inversões financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais ao tempo decorrido até o final do exercício;
- (v) os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.1995 e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável;
- (vi) os bens componentes do Ativo Imobilizado, em uso, e as imobilizações em curso, estão registrados ao valor de aquisição, incorporação e/ou construção, corrigidos monetariamente até 31.12.1995;
- (vii) as depreciações dos bens do Ativo Imobilizado são calculadas pelo método linear, em função do tempo de vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação, normalmente praticadas pela CPRM, as seguintes: Imóveis: 4% a.a.; Equipamentos: Operação: 10% a.a.; Transporte: 20% a.a.; Diversos: 10% a.a.

NOTA 4 – Contas a Receber

	2008	2007
Serviços faturados	123	50
Outros valores a receber	478	1.009
	601	1.059

Sua composição, expressa em percentuais, é a seguinte:

● Carbocampel S/A	41,8%
● Departamento Nacional de Produção Mineral	20,4%
● Sec. Ind. Com. Estado de Goiás	3,7%
● Outros Clientes Públicos e Privados	34,1%

Esses valores correspondem a serviços executados até 31.12.2008, apropriados à receita pelo regime de competência, cujo recebimento está previsto para o início de 2009.

NOTA 5 – Materiais

	2008	2007
Almoxarifado	424	346
	424	346

NOTA 6 – Adquirentes de Direitos Mineraiis – Longo Prazo

Sob esse título estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos mineraiis, efetuada em caráter irrevogável e irretratável, pela CPRM, à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na “escritura de cessão de direitos mineraiis”, firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda., com a interveniência da CPRM, por escritura pública lavrada em 11.11.1993.

Os direitos mineraiis cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia, em uma área de 2.730 hectares do Projeto Caçapava, localizada no estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa já foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Está também registrada sob esse título a cessão dos direitos mineraiis aos resultados das pesquisas de carvão mineral realizadas no município de Sapopema, estado do Paraná, à Carbocampel S/A, com a anuência da Mineraiis do Paraná S/A (MINEROPAR), conforme termo de compromisso firmado em 13.12.1983, e escritura pública lavrada no 21º Ofício de Notas do Estado do Rio de Janeiro, em 30.10.2001, no valor de R\$2.258 mil.

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

Os créditos foram corrigidos com base em índices oficiais e contratuais.

O saldo líquido apresentado no Ativo Realizável a Longo Prazo, de R\$2.293 mil, representa o valor de R\$3.425 mil, deduzindo-se R\$1.132 mil, relativos à Provisão de Riscos Contratuais.

NOTA 7 – Financiamentos à Pesquisa Mineral

No Ativo Realizável a Longo Prazo estão registrados, sob os títulos Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Mineraiis e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Os saldos líquidos apresentados no Ativo Realizável a Longo Prazo, de R\$14.292 mil, representam o valor de R\$19.125 mil, deduzindo-se R\$4.833 mil relativos à Provisão de Riscos Contratuais.

NOTA 8 – Outros Créditos – Longo Prazo

O valor registrado a título de Outros Créditos representa Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

NOTA 9 – Imobilizado

R\$ mil

	2008	2007
Imóveis	33.602	33.345
Instalações	2.575	1.113
Equipamentos de operação	14.848	13.016
Transporte	7.778	6.666
Outros equipamentos	22.847	17.184
Direitos de uso de telefones	163	163
Documentação, museus e objetos de arte	8.904	8.904
Benfeitorias em imóveis de terceiros	86	86
Equipamentos de processamento de dados	480	-
	91.283	80.477
Depreciações acumuladas	(53.116)	(50.900)
	38.167	29.577
Imobilizações em curso	4.513	3.668
	42.680	33.245

NOTA 10 – Intangível

Registra como contrapartida a atualização monetária incorrida sobre valores recebidos como parte do preço de cessão de direitos sobre jazida de carvão e o valor atribuído a Marcas e Patentes.

NOTA 11 – Financiamentos a Pagar

R\$ mil

	2008 Circulante	2007 Circulante	2008 Não Circulante	2007 Não Circulante
Em moeda estrangeira ⁽¹⁾	34	29	345	271
	34	29	345	271

⁽¹⁾ Correspondem a US\$162 mil em 31.12.2008, sendo renegociados conforme contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo brasileiro e países credores, vencíveis de 30.04.1995 a 30.04.2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive, os juros de longo prazo estimados.

NOTA 12 – Provisão para Contingências

A provisão para contingências apresenta registrado o valor de R\$750 mil, para fazer face a possíveis situações futuras de perdas. Nessa provisão não estão consideradas as ações trabalhistas contra a Companhia, por elas estarem consignadas no Programa Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, como fonte Tesouro, no Orçamento Geral da União, considerando que, em uma eventual condenação, os recursos necessários ao seu pagamento serão repassados pela União.

NOTA 13 – Créditos Subvencionados para Indenização de Acionistas

Iniciado em novembro de 2000 o processo de indenização de todos os acionistas, pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada, cujas ações foram desapropriadas pela Lei nº 8.970/94. Repassados pelo Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional, ao Ministério de Minas e Energia e, posteriormente, à CPRM, a dotação global de R\$4.631 mil e respectivos recursos financeiros. A contrapartida do ingresso desses recursos está registrada no Ativo Circulante – Bens Numerários e Depósitos Bancários à Vista, na conta Única do Tesouro Nacional.

Até 31 de dezembro de 2007 foram indenizados 899 acionistas, perfazendo o valor de R\$2.986 mil.

Conforme Parecer PGNF/CRE nº 451/2007, exarado sobre o Processo nº 10.951.000924/97-16, de 07.03.2007, os acionistas que não exerceram seu direito à indenização até aquela data tiveram prescritos esse direito.

NOTA 14 – Provisão para Riscos Contratuais

A Provisão para Riscos Contratuais, contabilizada até 31.12.2008, está registrada no valor de R\$5.965 mil. A contrapartida está registrada como redutora das contas do Ativo Realizável a Longo Prazo, que estão demonstradas pelo seu valor líquido após a dedução da respectiva provisão.

NOTA 15 – Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008, o Capital Social integralizado, no valor de R\$30.147.526,88, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Iniciado em novembro de 2000 o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada, resultando que a participação da União no capital da Empresa alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos estados, Distrito Federal e municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

A Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária aprovou, em abril de 2008, o aumento do Capital Social de R\$26.772.942,38 para R\$30.147.526,88, com a incorporação do saldo remanescente da conta Lucros Acumulados no valor de R\$3.374.584,50, apurado em 31.12.2007.

NOTA 16 – Reserva de Reavaliação

A realização das reservas de reavaliação foi contabilizada, no exercício, proporcionalmente às depreciações ocorridas, em contrapartida à conta de Resultado do Exercício.

NOTA 17 – Subvenções para Operações e Investimentos

A partir de 1991, a Companhia passou à condição de Entidade Supervisionada. Nesse novo quadro, está incluída no Orçamento da União com recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Os recursos recebidos mensalmente para operações são creditados no Passivo Circulante, na conta Créditos de Subvenções para Operações, e são transferidos, mensalmente, para Receitas Operacionais nas subcontas do grupo Renda de Subvenções para Operações, por ocasião de sua realização, pela aplicação desses recursos, dentro do objeto de sua destinação. Do total de créditos orçamentários autorizados da fonte Tesouro, de R\$220.057 mil, os repasses financeiros efetivamente recebidos alcançaram o valor de R\$210.782 mil.

No Sistema Contábil SIAFI, em lançamentos decorrentes do encerramento do exercício, foram registrados recursos diferidos ou recursos a receber/a liberar, com base no saldo das disponibilidades por fonte de recursos, resultando no valor líquido registrado no Ativo Circulante como Recursos a Receber – Restos a Pagar, no valor de R\$191 mil.

NOTA 18 – Previdência Privada

A partir do exercício de 2004, reconhecemos no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, no Realizável a Longo Prazo, no Passivo Circulante e no Exigível a Longo Prazo, sob o título Repasses Previdência Privada, os valores devidos à BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil, relativos ao tempo de serviço passado do Plano de Previdência Complementar de seus empregados, cujos recursos estão consignados no Programa Contribuição à Previdência Privada como fonte do Tesouro, no Orçamento Geral da União, por meio de parcelas anuais, vencíveis no mês de julho de cada exercício até o ano de 2016, apresentando, em 31.12.2008, o saldo de R\$121.046 mil, sendo R\$12.148 mil no Circulante e R\$108.898 mil no Não Circulante.

NOTA 19 – Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia, neste exercício, apurou R\$1.284 mil, entre Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a Legislação em vigor, que só permite compensar, no máximo, 30% do lucro fiscal, embora haja disponibilidade de créditos no LALUR.

NOTA 20 – Receitas e Despesas Financeiras

	2008	2007
Receitas: Variações cambiais, monetárias, juros e outros	1.395	1.804
Despesas: Variações cambiais, monetárias, juros e outros	474	692
	921	1.112

NOTA 21 – Cobertura de Seguros

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Em 31 de dezembro de 2008, são estes os principais seguros mantidos pela Empresa:

Modalidade	Objeto	Valor segurado R\$ mil
Incêndio	Imóveis	39.111
Incêndio	Móveis, máq. Equipamentos	20.619
Incêndio	Estoque de materiais	3.961
Total		63.691

NOTA 22 – Remuneração de Dirigentes e Empregados

No exercício de 2008, a remuneração mensal maior, média e menor paga a empregados ocupantes de cargos permanentes foi de R\$13.615,07, R\$4.331,36 e R\$1.067,70, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2008 correspondeu a R\$16.867,51.

NOTA 23 – Conciliação entre o Balanço Publicado e o Balanço SIAFI

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2.016/2006, do TCU, de 01.11.2006, apresentamos as conciliações entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76 e o obtido via SIAFI, pela Lei nº 4.320/64, em 31.12.2008:

R\$ mil

	Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública	Diferença
Ativo circulante	52.309	51.157	1.152

A diferença nesse grupo se apresenta na conta Convênios com Entidades Diversas, referente a convênio em que a Empresa atua como concedente, contabilizada no SIAFI apenas como resultado diminutivo do exercício.

R\$ mil

	Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública	Diferença
Realizável a longo prazo	127.826	119.826	8.000

A diferença refere-se à conta Provisão para Devedores Duvidosos e para Perdas de Créditos, registrada no SIAFI e não reconhecida no Balanço da Lei nº 6.404/76.

R\$ mil

	Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública	Diferença
Imobilizado	43.230	106.438	63.208

A diferença é causada na conta de Edifícios (Imobilizado) lançada em duplicidade pela Empresa e pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), bem como pelas atualizações praticadas pela SPU, não reconhecidas pela Lei das Sociedades Anônimas. A Empresa está em contato com aquela Secretaria para a regularização.

R\$ mil

	Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública	Diferença
Passivo circulante	72.425	41.920	30.505

A diferença nesse grupo refere-se aos recursos recebidos de Convênios com Entidades Diversas reconhecidos no Balanço da Lei nº 6.404/76 e não registrados no SIAFI; apropriação de IPTU de exercícios anteriores; valores relativos à Contribuição Social s/Lucro Líquido, Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Dividendos Propostos não incorporados ao SIAFI em função de terem sido apurados após o seu fechamento e excedente de Provisão para Contingências registrado no SIAFI e não reconhecido no Balanço da Lei nº 6.404/76.

R\$ mil

	Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública	Diferença
Patrimônio líquido	41.587	126.214	84.627

A diferença constitui-se dos diferentes critérios de apuração de resultados praticados pelo SIAFI e o adotado pela Lei das Sociedades por Ações.

Os saldos das contas Reavaliação de Bens Imóveis; Resultado de Exercícios Anteriores; Resultado de Extinção, Cisão, Fusão e Resultado Líquido apurado pelo SIAFI não estão reconhecidos no Balanço da Lei nº 6.404/76. Quanto ao Resultado apurado por essa lei, após o encerramento do SIAFI, bem como sua distribuição, somente serão incorporados ao SIAFI em 2009.

A Companhia, em conjunto com a Setorial Contábil do MME, a Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), está envidando esforços na compatibilização desses valores e implantação de procedimentos, contas específicas, eventos de apropriação e de baixa, visando à conciliação total dos saldos entre os dois registros contábeis, considerando que essas diferenças são conciliáveis.

É interesse da Companhia concluir esse processo de compatibilização, iniciado em 2006, durante o exercício de 2009.

NOTA 24 – Eventos Subsequentes

Em 03 de dezembro de 2008, foi editada a Medida Provisória 449/08, que altera dispositivos da Lei das Sociedades por Ações. No momento, a Empresa está promovendo estudos sobre os impactos desse novo dispositivo legal.

Parecer dos Auditores Independentes

(i) Examinamos o Balanço Patrimonial da COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa correspondentes ao exercício findo na mesma data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(ii) Os exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(iii) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e o fluxo de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(iv) As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, foram auditadas por outros auditores independentes, com emissão, em 29 de fevereiro de 2008, de parecer sem ressalvas.

(v) As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas e aplicadas a partir de 01.01.2008, sendo que as demonstrações contábeis encerradas em 31.12.2007, apresentadas de forma conjunta com as encerradas em 31.12.2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31.12.2007 e, por essa razão e ante o permissivo do Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção inicial da Lei 11.638/2007 e da Medida Provisória 449/2008, não estão sendo apresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Rio de Janeiro, 4 de março de 2009

STAFF Auditores e Consultores S/S

CRC/RS – 004632/O – “S” – RJ.

Francisco Inácio de Assis Rodrigues

Contador CRC RS 27.020/0-1 – “S” – RJ

Responsável Técnico

Parecer do Conselho Fiscal sobre o Relatório Anual e Demonstrações Contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, em 31 de Dezembro de 2008

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinando o Relatório Anual da Companhia 2008, bem como suas demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e tendo como base as análises efetuadas, as informações e os esclarecimentos recebidos dos Órgãos da Administração e o parecer da STAFF AUDITORES INDEPENDENTES S/S, é de opinião que as peças examinadas traduzem de modo adequado as informações nelas contidas, a situação patrimonial, econômica e financeira da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), encontrando-se em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária da Sociedade.

Brasília, 4 de março de 2009

Caelos Nogueira da Costa Júnior

Norberto Temóteo de Queiroz

Alex Pereira Benício

Parecer sobre a Destinação do Resultado da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), em 31 de Dezembro de 2008

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou e aprovou a seguinte proposta da Administração, quanto à deliberação sobre a destinação do Resultado do Exercício, que apresentou lucro líquido de R\$276.019,93 (Duzentos e setenta e seis mil, dezenove reais e noventa e três centavos), a saber:

(i) Constituição da Reserva Legal de 5% do lucro líquido do exercício, no valor de R\$13.801,00 (Treze mil, oitocentos e um reais), de acordo com o Artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e Artigo 50-I do Estatuto.

(ii) Destinação de 25% para o pagamento do dividendo obrigatório, no valor de R\$65.554,73 (Sessenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos), conforme Art. 50-II, do Estatuto.

(iii) Destinação do saldo remanescente de R\$196.664,20 (Cento e noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte centavos), para constituição de Reserva Estatutária, conforme Art. 51-II do Estatuto.

O Conselho recomenda o encaminhamento da proposta à deliberação da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade.

Brasília, 4 de março de 2009

Carlos Nogueira da Costa Júnior

Norberto Temóteo de Queiroz

Alex Pereira Benício

